



ATA DEZEMBRO/2022 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 08 de dezembro de 2022, às 18h, no Auditório da Casa da Educação Visconde de Mauá, situado à Avenida Barão do Rio Branco, 3 - Centro, Petrópolis, RJ.

1 Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às dezoito
2 horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convocado por
3 meio do Diário Oficial nº 6560, de seis de dezembro de dois mil e vinte e dois,
4 no Auditório da Casa da Educação Visconde de Mauá, número 3, Centro de
5 Petrópolis. Com a presença das senhoras conselheiras: ADRIANA PEREIRA
6 DA CUNHA DE MENDONÇA SALIM, ADRIANA VITAL SILVA XAVIER, ALINE
7 DE CARVALHO LIMA, AUREA GONÇALVES DA SILVA, AYANE ROCHA DE
8 SOUZA, CAMILA NUNES ANTUNES GROTZ, CAMILA ZAIDEN REMPTO,
9 CARLA MARIA DE ANDRADE FREITAS BRITO, CLAUDIA RESPEITA DA
10 MOTTA, CRISTIANE NOGUEIRA MONTEIRO, DENIZE MILITAO DA SILVA
11 DE CAMPOS, DIANA ILIESCU, KAROLINE VICTÓRIA CERQUEIRA DOS
12 SANTOS, LUCIANE MARTINS BESSA BOMTEMPO, MARIA AUXILIADORA
13 PIRES RIBEIRO, MARIA DE FÁTIMA DA SILVA, MARIA DE LOURDES
14 THOMAZ DE SOUZA, MARIA ISABEL LOPES DA COSTA, MICHELE DO
15 VALLE HOELZ, SHIRLEI SOUZA RAMOS, SIMONE IZIDRO CESÁRIO
16 GOMES VIVARINI, SONIA CRISTINA DA SILVA FURTADO, SÔNIA REGINA
17 PEREIRA ALVES, THAIS JUSTEN GOMES, VIVIANE MARQUES DE
18 MENEZES FIDELIS. Também estavam presentes, as senhoras: Pamela Mércia
19 e Angélica Aparecida Pinto Gomes, representantes da ONG “Todos Juntos
20 Ninguém Sozinho” e Jovelina Maria de Oliveira Romão. A reunião teve como
21 pauta publicada: 1) Aprovação da Ata anterior; 2) Apresentação do Fluxograma
22 de atendimento à Mulher Vítima de Violência; 3) Criação da Comissão
23 organizadora da Semana da Mulher; 4) Assuntos Gerais; 5) Definição da pauta
24 da próxima reunião ordinária sem prejuízo de inclusões posteriores que se
25 fizerem necessárias. A Conselheira Mariza Alves de Faria, justificou a sua
26 ausência via WhatsApp, pois passou por procedimento cirúrgico. A Conselheira
27 Ângela Maria Araújo de Alcântara justificou sua ausência via ligação telefônica
28 e whatsapp, por estar indisposta e que faria um exame no dia seguinte pela
29 manhã. A Conselheira Rosina Bezerra de Mello, justificou sua ausência via
30 WhatsApp, por problemas de saúde. A Conselheira Verônica Francisco
31 Marcolino, justificou por e-mail que por problemas de saúde não poderia ficar
32 na reunião, e que sua suplente Janaína Pereira de Medeiros, justifica sua

33 ausência, por ter filhos pequenos. A Presidente Luciane Bomtempo deu início à
34 reunião em segunda chamada, às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos,
35 justificando que tal atraso se deu devido aos contratemplos, de todos, para
36 chegar ao local da reunião, após cumprimentar a todas. Como primeiro ponto
37 de pauta, A Presidente Luciane Bomtempo colocou em votação a aprovação da
38 ata do mês de outubro, todas as conselheiras presentes aprovaram sem
39 ressalvas. No item 2 da pauta, a Presidente Luciane Bomtempo falou do
40 fluxograma que já vem sendo pauta dentro do governo, mas há a importância
41 da participação deste Conselho, para validar e entender o fluxograma. A
42 Presidente Luciane disse que as Conselheiras, Thaís Justen e Claudia
43 Respeita, irão fazer a apresentação do fluxograma, porém ela fez uma breve
44 fala, sobre o histórico do fluxograma de atendimento, e quando o mandato
45 atual iniciou, já existia uma iniciação do fluxograma, porém haviam muitas
46 lacunas a serem completadas. A elaboração do fluxograma está sendo
47 discutido também, com a promotora do Ministério Público. O Poder público
48 internamente amadureceu o fluxograma, pois entende que não é algo a ficar
49 somente no papel, mas que não seja exequível. Precisa-se somente, melhorar
50 a intersectorialidade, melhorar os fluxos de atendimento, e é muito importante
51 que a sociedade civil também se aproprie e possa opinar e debater, esse
52 fluxograma, entendendo que quem está na ponta, e também na defesa das
53 mulheres na sociedade civil, tem a sua visão e pode contribuir muito para o
54 fluxograma. A Presidente Luciane Bomtempo disse que existe a intenção, por
55 parte do prefeito, de transformar o fluxograma e lei, bem como foi criado a lei
56 do fluxograma de atendimento a criança vítima de abuso e exploração sexual,
57 deste município. A Presidente Luciane Bomtempo, solicitou o detalhamento em
58 Ata, deste ponto de Pauta, para início deste trabalho e vê a necessidade de
59 uma reunião extraordinária em janeiro, para cumprir o prazo de entrega para o
60 Ministério Público em fevereiro ou solicitar prazo. Esse Fluxograma trará à rede
61 um melhor acompanhamento da Mulher Vítima de Violência Doméstica,
62 fazendo o registro do caminho percorrido no atendimento, deixando claro que,
63 o mais importante é que este é só o início da elaboração do fluxograma, um
64 passo muito importante para a política pública do município. A Conselheira
65 Thaís Justen, com a palavra, apresentou em projeção o esboço do fluxograma.
66 Thaís explicou que o acolhimento dessa mulher pode ser por várias portas de
67 entrada, COMDIM, Delegacia, Unidades de Saúde da Atenção Básica,
68 Estratégia de Saúde da Família, Unidades de Urgência e Emergência ou
69 Hospitalar, CRAS ou no CRAM. O primeiro atendimento: ACOLHIMENTO,
70 porém em caso de ferimentos, o primeiro passo é a unidade de saúde para
71 tratar o físico descartando risco até de óbito, e em caso de surto, encaminhar a
72 vítima para a emergência psiquiátrica, que nesse caso a vítima não tem
73 condições de ir até a delegacia ou ao CRAM no primeiro momento, devido ao
74 seu estado emocional; O segundo passo é DETECTAR O TIPO DE
75 VIOLÊNCIA; que pode ser física ou sexual; moral, psicológica ou patrimonial;
76 se a vítima deseja fazer o Registro de Ocorrência, caso não deseje, o serviço
77 deve realizar a comunicação externa, se ela aceita ser identificada ou não, mas
78 isso não impede que a mulher continue sendo atendida e amparada,
79 garantindo o seu direito. Caso a vítima prefira se identificar, o CRAM consegue
80 fazer a busca ativa. Se não quis fazer o Registro de Ocorrência, a mulher é
81 encaminhada para a saúde da família, UBS e Rede de Assistência. No caso
82 em que a vítima deseja registrar o Boletim de Ocorrência, ela pode tanto ir
83 sozinha, ou contar com o auxílio do CRAM para dar suporte a ela. Para as

84 mulheres que estão em dúvida, em registrar ou não, ela é encaminhada ao
85 CRAM, onde será orientada. Caso necessite do atendimento 24 horas da Sala
86 Lilás, um espaço pensado para acolher a mulher nesse momento, com
87 psicóloga, assistente social e técnica de enfermagem, além da estética que
88 realmente é em cor lilás, diferente do IML onde eram feitos esses exames
89 antigamente, com uma brinquedoteca para receber as crianças que vão com
90 suas mães até a sala, para realizar os exames periciais, lembrando que a
91 mulher só poderá realiza-lo mediante o Registro de Ocorrência na Delegacia.
92 Com o registro de ocorrência, ela vai receber na delegacia uma requisição para
93 ir até a Sala Lilás, onde a equipe vai realizar o exame pericial, preencher as
94 notificações compulsórias e encaminhá-las para a Vigilância Epidemiológica
95 juntamente com o envio das fichas SINAN, e são esses dados que ajudarão a
96 construir as políticas públicas. De acordo com Thaís Justen, todas as
97 ocorrências precisam chegar ao CRAM, lá é feito um atendimento inicial
98 multidisciplinar, lá também é feito o preenchimento da ficha SINAN, é
99 importante notificar a vigilância epidemiológica, onde é feito uma avaliação de
100 risco dessa mulher, verificar se a mulher está em risco, analisar, encaminhar
101 para a Rede própria (amigos e familiares), ou Rede de Assistência (auxílio), ou
102 o abrigo de curto prazo, chamado de Programa Acolhe (um programa de
103 iniciativa privada do Instituto AVON e da Rede ACCOR e em parceria como
104 município), ou o abrigo sigiloso, que é um abrigo estadual, que funciona tipo
105 um confinamento, com prazo e sistema rigoroso, para os casos de proteção
106 máxima para a vítima, que pode estar em risco de feminicídio. Após todo esse
107 prazo de abrigo, a mulher volta para o CRAM, para acompanhamento. A
108 Vice-Presidente Viviane Marques, com a palavra, perguntou à Thais Justen, se
109 a mulher vítima de violência doméstica desejar ir para outro município ou outro
110 estado, se ela continua tendo auxílio e cobertura da rede do município de
111 Petrópolis. E sugeriu também, que seja vista como porta de entrada, os CAPS
112 e CREAS. A Presidente Luciane Bomtempo, sugeriu que as escolas também
113 sejam vistas como porta de entrada dessas mulheres. A Conselheira Thaís
114 Justen, respondeu à Viviane Marques, que existem possibilidades dependendo
115 da situação de cada mulher, pois a mulher pode continuar vindo à Petrópolis
116 nos dias de atendimento ou pode ser encaminhada para o CRAM do município
117 em que irá residir, depende da situação. A conselheira Claudia Respeita, com a
118 palavra, falou da importância do Fluxograma para haver um padrão de
119 atendimento, ressaltando que cada parte não consegue ajudar sozinho, pois o
120 trabalho flui com toda a Rede operante. A Atenção Básica é o local mais
121 próximo da vítima, além da comunidade que ela vive, pois identifica-se que a
122 mulher está procurando locais fora do seu território, por medo do seu agressor,
123 e fora do território o local que mais tem acolhido essas mulheres, são as
124 unidades de emergência e IST no DIP. Claudia continuou sua fala, dizendo que
125 a equipe tem buscado melhorar a qualidade para conseguir identificar as
126 mulheres em seus territórios, através das agentes comunitárias de saúde, pois
127 a maioria das vezes, a mulher muda seu comportamento ou dá algum sinal,
128 fazer a capacitação desde a urgência a todas as unidades, para preencher o
129 SINAN, pois é através dele que irá conseguir mapear essa violência, quais os
130 bairros de maior incidência, qual o índice é menor. Foi identificada que as
131 fichas não podem ser enviadas direto para o CRAM essa cópia, precisa ser
132 verificado a legislação e zelar pelo sigilo de quem faz o registro do formulário
133 por causa do agressor. A maior parte das violências relatadas é a física e
134 sexual, porém outro tipo de violência chama muito a atenção, é a violência

135 psicológica. Claudia sugeriu que a equipe da Sala Lilás participe de uma
136 Reunião do Conselho, para estar explicando melhor como é o trabalho
137 realizado pela equipe. Na saúde, existe uma área técnica de saúde da mulher,
138 onde é trabalhada uma linha de cuidado com a mulher, seja ela grávida, pós-
139 parto, amamentando, prevenção de câncer de mama, mulheres idosas, é
140 trabalhado todos os aspectos da mulher, existem também a área técnica para a
141 população negra, o Centro de Saúde, tem uma atuação muito forte, voltada pra
142 saúde da mulher. A Presidente Luciane Bomtempo, agradeceu às
143 Conselheiras, Thaís Justen e Claudia Respeita, pela apresentação do
144 fluxograma, e a satisfação em fazer parte dos conselhos, pois é o local onde se
145 exerce a democracia participativa, por conta de uma democracia
146 representativa. Luciane sugeriu outra porta de entrada, o NAPE-IJ, pois às
147 vezes se leva a criança para um relato e lá se verifica que a mulher também
148 pode estar sofrendo violência ou que já tenha sofrido, pensando na saúde
149 mental dessa mulher, dando destaque no fluxograma; Luciane falou das
150 mulheres que são vulneráveis financeiramente, que às vezes não podem
151 recorrer aos que estão mais próximos, por medo dos seus agressores,
152 pensando de forma global em relação ao fluxograma. Enalteceu as secretarias
153 que compõem o Conselho e também toda a Sociedade Civil, que são as que
154 conseguem ver no dia-a-dia, observando e lutando para a extinção da violência
155 contra mulher. Luciane citou um exemplo de uma palestra que participou no
156 CEDIM-RJ, onde lhe chamou à atenção a participação da palestrante ativista
157 Lili Bem Ami, contando a experiência vivida em família, com a irmã que foi
158 vítima de feminicídio. Ainda em sua fala, a Presidente Luciane sugeriu a
159 criação de um grupo paritário, onde seja chave por parte do governo, a
160 secretaria de assistência social, o CRAM, a secretaria de saúde e a secretaria
161 de educação, para tratar mais de perto a Rede, frisando que não adianta está
162 só no papel, precisa fazer acontecer e se comprometendo que vai lutar
163 enquanto governo para que as coisas aconteçam. A conselheira Adriana Salim,
164 sugeriu que a Secretaria de Educação pode auxiliar, exemplificando a partir de
165 uma experiência vivida, onde uma família (mãe e filhos), que estava abrigada
166 na casa de uma vizinha da escola, para que as crianças não perdessem o ano
167 letivo, e a escola amparou-os oferecendo alimentação. A Conselheira Ayane de
168 Souza, complementou a fala de Adriana, dizendo que a maioria das
169 comunidades possuem unidades de ensino e que poderia se pensar na
170 capacitação para amparar essas famílias que chegam como ajuda nas
171 comunidades, e até mesmo contribuir na identificação dessas vítimas, para
172 acolhimento da Rede. A Presidente Luciane falou que essa capacitação, já
173 existe na saúde, e é importante pensar para a educação. A Conselheira Thaís
174 Justen, falou das capacitações, que está sendo estudada uma forma de
175 vigilância para proteger a todos, pois se a escola identificou que há uma
176 suspeita de um caso de violência doméstica, a escola precisa fazer a
177 comunicação externa, talvez entre CRAM e escola. Adriana Salim
178 complementou, que a mulher pode não voltar com tanta frequência aos outros
179 equipamentos, mas a escola, ela vai. A conselheira Camila Rempto, falou que
180 esses serviços precisam se difundir em geral quando a porta de entrada é a
181 escola, a Educação está em primeiro, a Saúde em segundo e a Assistência em
182 terceiro, mas sugeriu que seja estudado uma roda de conversa com essas
183 mães, uma vez por bimestre, onde toda a rede, não só o CRAM, faça uma
184 exposição com distribuição e material para essas mulheres, não pensando
185 somente na capacitação dos profissionais das escolas, fazer uma intervenção

186 com os profissionais em escolas estratégicas, onde há uma maior incidência de
187 casos na localidade, de acordo com o mapeamento realizado, concluiu Camila.
188 A vice-Presidente Viviane Marques, com a palavra, disse que dentro das
189 comunidades identifica-se com mais facilidade o que acontece e que o
190 fluxograma é como uma luz para as comunidades, pois muita das vezes é a
191 liderança comunitária, presidentes de associações, ou mulheres que tem ong's
192 dentro das comunidades, que vai socorrer essa mulher na madrugada, pois é o
193 horário de maiores incidências e muita das vezes a polícia militar não atende
194 ao chamado. Viviane também falou sobre o ciclo de violência doméstica,
195 citando um fato ocorrido como exemplo, pois não é só a mulher que sofre as
196 crianças também passam por violências e levam para suas escolas. A
197 Conselheira Claudia Respeita, citou uma experiência escolar, onde a unidade
198 não conhecia o histórico da família de um determinado aluno que apresentava
199 muitos problemas na escola, e Claudia já conhecendo o histórico daquela
200 família explicou para a profissional da escola, que conseguiu compreender o
201 que refletia na criança. Camila sugeriu que se reforce e priorize as reuniões de
202 rede dentro das comunidades, entre saúde, educação e assistência, porque
203 serão estes encontros que vão propiciar que a rede enxergue qual quadro
204 desse trinômio não está vendo a situação. A Conselheira Maria Isabel, falou do
205 trabalho na secretaria de meio ambiente quanto ao trabalho de atualização do
206 sistema de saneamento básico, na questão de esgotamento, captação e
207 consumo de água, e percebeu-se que durante o trabalho, a maioria das
208 comunidades são representadas por mulheres, que elas conhecem muito mais
209 os problemas das comunidades, e que ao chegar à comunidade, é notável a
210 presença e liderança feminina. A Presidente Luciane Bomtempo, disse que é
211 preciso reforçar o olhar diferenciado para trabalhar como Rede de mulheres
212 que vão combater qualquer tipo de violência. A presidente perguntou aos
213 demais presentes, se seria criado uma comissão para essa rede de
214 fluxograma, ou ela pode ser trabalhada dentro da Comissão Intersetorial. A
215 Conselheira Maria Auxiliadora Pires, com a palavra, falou que a presidente
216 Luciane, precisa interligar o CMDCA com o COMDIM, pensando nas meninas,
217 crianças e adolescentes, que ficam em casa com seus agressores, uma vez
218 que Luciane Bomtempo também é presidente do Conselho Municipal dos
219 Direitos da Criança e do Adolescente. A secretária executiva Gisele, trouxe
220 uma dúvida a partir de uma denúncia que recebeu pelo COMDIM, a orientação
221 dada para a denunciante que se identificou como "mãe de aluno de um colégio
222 particular", foi ligar para o Disque 180 e formalizar a denúncia, porém no relato,
223 a denunciante disse que a escola tinha conhecimento e inclusive chamou a
224 família para uma conversa. A dúvida da secretária foi, se a escola tem
225 conhecimento de que a mãe de uma aluna está sofrendo agressões, a escola
226 tem a obrigatoriedade de notificar as autoridades? A conselheira Thaís Justen,
227 respondeu à secretária Gisele, se a escola só desconfia que a mãe esteja
228 sofrendo agressão, ela não tem a obrigatoriedade de notificar, mas em função
229 da violência contra a criança, acaba sendo por relato de estar assistindo o que
230 está acontecendo em casa, a escola precisa notificar ao Conselho Tutelar de
231 acordo com o ECA. A Presidente Luciane complementou a fala de Thaís,
232 dizendo o quão importante é o fortalecimento da Rede, pois um lar violento
233 onde esta criança está vivendo, pode estar sendo violento para essa criança
234 também, e todos tem a obrigação de denunciar. A Conselheira Camila Rempto,
235 com a palavra, disse que uma vez que a escola notifica ao conselho tutelar
236 este relato, começa um processo de investigação e apuração, com isso, o

237 conselho tutelar pode encaminhar o caso para o CREAS e se feito uma visita
238 domiciliar pela assistente social, e constatar os fatos. A Presidente Luciane
239 Bomtempo, colocou em votação a criação de uma Comissão Temporária de
240 Trabalho para discutir a Rede de Fluxograma ou se esta discussão acontecerá
241 dentro da Comissão Temporária de Trabalho Intersetorial. Foram indicadas
242 para compor a Comissão, as Conselheiras: Karoline Cerqueira, Thaís Justen,
243 Claudia Respeita, Maria Auxiliadora, Adriana Salim, Camila Rempto,
244 representantes do Poder Público, e Viviane Marques, Cíntia Carius, Simone
245 Izidio, representantes da Sociedade Civil, porém antes que concluísse as
246 indicações para completar a Comissão citada, a Conselheira Ayane de Souza,
247 pediu a palavra, sugerindo que, uma vez que a composição está igual a
248 composição da Intersetorial, que seria mais viável a Comissão intersectorial ficar
249 responsável por esta discussão do fluxograma e da Rede. A Presidente
250 Luciane Bomtempo, colocou em votação e por unanimidade das Conselheiras
251 presente no plenário, a Comissão Temporária de Trabalho Intersetorial ficou
252 responsável por discutir e auxiliar na elaboração da Rede de Fluxograma de
253 Atendimento a Mulher Vítima de Violência Doméstica, contando com a
254 participação nas reuniões, como convidadas, as Conselheiras, Simone Izidio e
255 Ayane de Souza. O item 3 da pauta, sugestão para criação de uma Comissão
256 Temporária de Trabalho para organizar a Semana da Mulher em 2023, a
257 Presidente Luciane disse que existem várias ideias para serem feitas na
258 Semana da Mulher, as Conselheiras que se disponibilizaram a compor esta
259 comissão por parte do Poder Público, foi a Thaís Justen, Cristiane da Cultura e
260 a Karoline Cerqueira, pela Sociedade Civil, ficou a Maria de Fátima, Simone
261 Izidio e Viviane Marques. Em Assuntos Gerais, item 4 da pauta, a Presidente
262 Luciane Bomtempo parabenizou ao CRAM, na pessoa da Coordenadora e
263 Conselheira, Thaís Justen, pela programação realizada nos 16 Dias de
264 Ativismo, colocando em destaque, o Seminário “Pelo fim da violência contra as
265 mulheres”, realizado na FASE; parabenizar ao Conselho por todas as incursões
266 que o COMDIM tem feito ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher –
267 CEDIM-RJ. A Presidente Luciane Bomtempo, falou sobre as comissões de
268 trabalho, que precisam ser publicadas, porém ainda não estão totalmente
269 fechadas, dando maior importância na comissão de revisão da Lei do
270 COMDIM, que em maio completou 20 anos, e em 2023 o CRAM completará 20
271 anos, sugerindo uma comemoração destas datas tão importante, porém algo
272 lhe preocupa ainda mais, que são as vacâncias existentes na Sociedade Civil e
273 as ausências das Conselheiras da Sociedade Civil nas reuniões, e isso
274 atrapalha o avanço do conselho. Que será preciso, fazer essas destituições,
275 publicar um novo edital de chamamento, convocar instituições que queiram
276 participar do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, como presidente,
277 Luciane disse que essa falta da Sociedade Civil pode implicar em omissão se
278 algo não for feito dentro do Conselho. Foi feito um levantamento e verificou que
279 algumas representações da Sociedade Civil, haviam excedido o número de
280 faltas, entrando em desacordo com o Regimento Interno do Conselho e diante
281 disso, foi feita a leitura do Regimento, onde diz no art. 8º, §1º “Será destituída,
282 automaticamente, a entidade da Sociedade Civil que deixar de comparecer a
283 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) reuniões intercaladas, no período
284 de doze meses sem justificativa plausível e aceita pelo plenário do COMDIM, e
285 será substituída por outra da mesma categoria e que tenha participado da
286 última eleição.” São estas: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, com 7
287 (sete) ausências e 1 (uma) justificativa; Elos Clube de Petrópolis,; 7 (sete)

288 ausências e 1 (uma) com justificativa; União Nacional dos Estudantes – UNE,
289 estava com 5 (cinco) faltas, até a substituição da titular Silvia Fernanda; Casa
290 da Amizade da Família Rotária de Petrópolis, possui 7 (sete) ausências; e
291 Instituição de Ensino Acadêmico Superior Universidade Estácio de Sá, possui 5
292 (cinco) ausências e 3 (três) justificativas. Levantou-se a questão, se estas
293 instituições destituídas podem se candidatar novamente, uma vez que não há
294 impedimento no Regimento. A Conselheira Karoline Cerqueira, com a palavra,
295 sugeriu que fosse analisada a questão da União Nacional dos Estudantes, pois
296 a representante titular, Silvia Fernanda estava em período gestacional e em
297 seguida, em puerpério, e devido a pandemia havia se afastado das reuniões. A
298 Vice-Presidente Viviane Marques, perguntou para as representantes da
299 Sociedade Civil, presentes na reunião, se estavam de acordo com a destituição
300 das instituições e entidades da Sociedade Civil, que estavam em faltas, e todas
301 as Conselheiras da Sociedade Civil presentes na reunião, concordaram sem
302 ressalvas. A Conselheira Ayane de Souza, confirmando o estado de gravidez
303 da Conselheira Silvia Fernanda, disse que poderia ser feito um ofício retroativo
304 as faltas, para justificar as faltas da instituição, para que não houvesse a
305 destituição. Porém cabe ressaltar que a conselheira Silvia, tinha suplente, que
306 poderia estar representando a UNE nas reuniões. A Presidente Luciane
307 Bomtempo, perguntou se todas concordavam com a sugestão de Karoline
308 Cerqueira, e foi unânime a concordância em deixar sub judice a questão da
309 UNE, para a próxima reunião. A Presidente Luciane Bomtempo, colocou em
310 votação sobre a destituição ou permanência das outras representações no
311 Conselho, citadas nesta Ata. Todas as conselheiras presentes aprovaram a
312 destituição destas instituições e entidades de forma unanime. A Presidente
313 Luciane disse que, uma vez que o Regimento é omissivo no caso da instituição
314 concorrer novamente a vacância, espera-se com satisfação que estas
315 instituições pleiteiem novamente as cadeiras. A Presidente Luciane Bomtempo
316 apresentou a Pâmela Mércia, do Projeto Sustenta Elas, um projeto que cuida
317 da mulher, ela tem uma ONG “Todos Juntos Ninguém Sozinho”, que nasceu na
318 pandemia, quando Pâmela percebeu que havia muitas pessoas em
319 vulnerabilidade, passando fome, com problemas de saúde, e foi aí que ela se
320 juntou com um grupo de pessoas para ajudar quem necessitava. Quando
321 ocorreram as catástrofes das chuvas no início de 2022, nasceu o Projeto
322 Sustenta Elas, que ajudou e ajuda muitas mulheres, que foram vítimas das
323 tragédias das chuvas, a se reerguer, se emancipar e criar o próprio destino. E
324 essa é a visão que o Conselho quer para as mulheres do município, não só as
325 mulheres vítimas de violência doméstica, mas as mulheres em vulnerabilidade
326 social e mães solo, a presidente Luciane sugeriu que Pâmela Mércia apresente
327 o seu trabalho na reunião de fevereiro, deste conselho, para mostrar e
328 empoderar cada vez mais as mulheres e mostrar como funciona o conselho,
329 pois tudo ela fez de maneira empírica. A Conselheira Karoline Cerqueira,
330 sugeriu que Pamela Mércia, falasse uma prévia do Projeto. Pâmela Mércia,
331 com a palavra, apresentou-se brevemente, falando que a Ong nasceu na
332 pandemia, ajudando famílias em vulnerabilidade social, com as chuvas, o
333 número de pessoas em vulnerabilidade que procurou a Ong, aumentou,
334 percebendo que esse aumento era de mulheres, criou o Projeto Sustenta Elas,
335 que compõem uma Rede “Mulheres Sustentando Mulheres”, onde tem
336 capacitadoras e mulheres que precisam desse conhecimento, e assim funciona
337 a rede de mulheres se ajudando. A Presidente Luciane Bomtempo, falou dos
338 Nudec’s, pensar como conselho e como comunidade a formação de Nudec’s

339 femininos, mulheres à frente dos núcleos de Defesa Civil nos bairros, já
340 existem vários Nudec's nos bairros. A Conselheira Aline de Carvalho, com a
341 palavra, disse que os grupos Nudec's que tem a liderança feminina, são os
342 grupos que não se dissolvem. A Presidente Luciane Bomtempo, disse que foi
343 informada sobre o Convênio da Casa da Acolhida, que é um projeto de uma
344 verba de uma emenda parlamentar, para a aquisição de um contêiner que a
345 principio seria instalado na sede da Guarda Municipal, e que irá se inteirar do
346 processo para dar andamento, analisando as possibilidades; A Presidente
347 anunciou também, que a Casa da Gestante será inaugurada em breve, pois a
348 obra estava parada, com medições atrasadas, o processo precisou passar por
349 um realinhamento de preço e a proposta é inaugurar em 2023, para combater a
350 violência obstétrica do município. Nada mais havendo a tratar, a Presidente
351 Luciane Bomtempo encerrou a reunião às vinte horas e cinquenta minutos,
352 agradecendo a participação de todas. Essa ata segue lavrada e assinada por
353 mim, Gisele Cristina de Paula Moreira, Secretária Executiva e pela presidente,
354 Luciane Martins Bessa Bomtempo.

Gisele Cristina de Paula Moreira
Secretária Executiva do COMDIM

Luciane Martins Bessa Bomtempo
Presidente do COMDIM